

# **TERCEIRIZAÇÃO E O TRABALHO PRECARIZADO: APONTAMENTOS SOBRE O CASO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG)**

**Igor Silva Figueiredo<sup>1</sup>**

[Igor.figueiredo@gmail.com](mailto:Igor.figueiredo@gmail.com)

Este trabalho consiste numa pesquisa de mestrado em andamento, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas, e tem por intuito analisar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e busca compreender as conseqüências que isso acarreta, focalizando a análise no processo produtivo brasileiro. O objeto desta pesquisa é a terceirização – fenômeno advindo da mais recente reestruturação produtiva do capitalismo, em meados dos anos 1990. Esta reflexão visa, sobretudo, compreender as implicações que estas mudanças acarretaram para o conjunto dos trabalhadores terceirizados, priorizando a análise em dois eixos: no indicador de que o aumento das terceirizações é um dos principais fatores responsáveis pela precarização das condições de trabalho, conforme pesquisas e análises acadêmicas apontam; e descobrir quais os impactos da terceirização na ação sindical e na composição da subjetividade do trabalhador. Este artigo é parte de um todo, o projeto de mestrado em andamento, que analisa o processo de terceirização ocorrido na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) - empresa mista de capital aberto, controlada pelo governo de Minas Gerais -, com a terceirização das atividades que são essenciais ao funcionamento da empresa, as chamadas atividades-fim, que antes eram executadas por funcionários do quadro próprio.

O pós Revolução Industrial traz à cena novas configurações organizacionais ao processo produtivo, dentre as quais se destacam o taylorismo,

---

<sup>1</sup> Igor Silva Figueiredo é bacharel em comunicação social, jornalista; especialista em economia do trabalho e sindicalismo pelo Cesit/IE/Unicamp e mestrando em sociologia do trabalho pela Universidade Estadual de Campinas.

o fordismo, a acumulação flexível e o processo de reestruturação produtiva, em curso nas empresas capitalistas. Cada uma destas inovações empreendem repercussões específicas na esfera produtiva e gerencial, de modo que se refletem não só no processo produtivo, mas, de forma compulsória, refletem-se também na subjetividade dos trabalhadores envolvidos.

Em consonância com esse processo de reformulações econômicas e mundiais, alguns setores de prestação de serviço que, por suas particularidades, segundo preceitos de universalidade no atendimento adquiriram, após a segunda guerra mundial, o caráter de monopólios estatais naturais (ROSA e TOLMASQUIM, 1996). Os principais serviços, que são denominados de serviços de rede e que atendem a essas características, são o de telecomunicações, gás e o de energia elétrica (ASSIS, 1997). A entrada desses setores na lista de possíveis “privatizáveis” é regida em acordo com princípios e bases de mercado (neoliberalismo) e possui justificativas específicas no contexto macro das sociedades e países onde foram aplicados, ou seja, as privatizações e a conseqüente realocação do aparelho do Estado atende a justificativas diferentes. Quanto a isso, Assis (1997) argumenta que se deve considerar, sim, questões como: o que privatizar, para que privatizar e como privatizar. Todavia, o autor aponta também que, apesar das diversidades, existem alguns objetivos em comum nos programas privatizantes do neoliberalismo.

“Entretanto, independentemente das diferenças políticas e sociais entre os países, há uma convergência de fundo quanto aos objetivos centrais dos programas de privatização. Em todos, sem exceção, figuram entre as prioridades a questão fiscal, a promoção da concorrência, a busca da eficiência e competitividade, a atração de investimentos privados para os setores de infra-estrutura etc. O que costuma diferir é a ordem dessas prioridades” (Assis, 1997, p. 167).

A década de 90 do século XX é o período histórico onde as forças capitalistas se reorganizam no Brasil, após a crise de 1973. Essa fase de “nova ofensiva do capital”, como afirma Giovanni Alves (1996), é caracterizada principalmente pela “articulação complexa entre reestruturação produtiva e política neoliberal” (idem).

Este artigo apresenta apontamentos iniciais sobre quais as possíveis mudanças nas condições de trabalho, na organização dos trabalhadores e na ação sindical

dos funcionários terceirizados da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a partir do processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro, iniciado nos anos 1990. Para isso, buscou-se refletir e compreender como o processo de terceirização está intrinsecamente ligado à reestruturação produtiva do capitalismo. Vale lembrar que, ao longo da história, não foram raras as crises produzidas pelo capitalismo e as consequentes mudanças e transformações na organização da produção. No entanto, para efeitos de realização deste trabalho, o foco é a reestruturação produtiva advinda após a crise dos anos 70, que foi significativa para alteração do modo de organização da produção em todo o mundo. O toyotismo tinha como elemento principal a flexibilização da produção. Ao contrário do modelo fordista, que produzia muito e estocava essa produção, no toyotismo só se produzia o necessário, reduzindo ao máximo os estoques. Essa flexibilização tinha como objetivo a produção de um bem exatamente no momento em que ele fosse demandado, no chamado *Just in Time*. Dessa forma, ao trabalhar com pequenos lotes, pretende-se que a qualidade dos produtos seja a máxima possível. Essa é outra característica do modelo japonês: a qualidade total. De acordo com Marcelino (2002), “um dos aspectos fundamentais dessa reestruturação é a precarização do trabalho, isto é, o emprego cada vez mais acelerado de renovados meios de exploração da mais-valia”. Ainda conforme ressalta a autora:

“A terceirização é um dos mecanismos principais dessa precarização, tanto pela extensão com que tem sido adotada, quanto pela sua eficiência em garantir os níveis de produtividade e lucratividade das empresas. Embora já existisse em alguma medida, é com o padrão flexível de produção, em especial com o toyotismo, que ele passa a ser um dos elementos centrais da nova organização industrial, congregando um número crescente de trabalhadores e tornando-se um desafio de compreensão e organização (Marcelino, 2002)”.

Após a implementação do plano real, em 1994, a política econômica neoliberal, de acordo com Carneiro (2002), estabelecia como fundamental que quatro pilares fossem responsáveis por proporcionar o desenvolvimento nacional, quais sejam:

- A estabilidade de preços cria condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado;

- A abertura comercial e a valorização cambial impõem disciplina competitiva aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade;
- As privatizações e o investimento estrangeiro removeriam gargalos de oferta na indústria e na infra-estrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência;
- A liberalização cambial, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairia “poupança externa” em escala suficiente para complementar o esforço de investimento doméstico e para financiar o déficit em conta corrente.

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. Entre os principais motivos dessas transformações está, sem dúvida, a revolução tecnológica. Uma revolução que atualmente não é mais de infra-estruturas, como ferrovia e telégrafo, ou de máquinas como o automóvel e o torno, conforme as revoluções anteriores, mas de sistemas de organização do conhecimento. É a própria máquina de inventar e de renovar tecnologias que vem sendo revolucionada. Nessa perspectiva Harvey (2002) acrescenta que o acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve grande importância na luta competitiva, mas atualmente se verifica uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades (em oposição ao sistema fordista estável e padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, a mais recente descoberta científica implica alcançar importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave a ser produzida e vendida para quem pagar mais. Essas mudanças, juntamente com a globalização, têm colocado desafios que testam tanto a capacidade da empresa de se manter no mercado quanto à dos profissionais em se manter em condições aptas para desenvolver seu trabalho, uma vez que esse novo padrão exige qualidade, flexibilidade e maior produtividade. O ambiente globalizado caracteriza-se por possuir um grau de modificação muito rápido, uma forte concorrência entre as empresas e a violenta competição no mercado de trabalho. As transformações ocorridas no sistema produtivo alteraram, de maneira significativa, a organização das empresas que mudaram seus modelos organizacionais para adaptarem-se às condições de imprevisibilidade colocadas pela transformação econômica e tecnológica. Na

esfera produtiva, de acordo com Santana e Ramalho (2004), e de maneira esquemática conforme adverte os autores, podemos mostrar as principais transformações ocorridas:

- Em um cenário crescentemente globalizado, de abertura de mercados e de forte competição internacional, as unidades produtivas de grande porte ficam mais “enxutas” e aumentam a produtividade (a chamada *lean production* );
- A atividade produtiva passa a exigir trabalhadores polivalentes/flexíveis que, de posse de ferramentas flexíveis, teriam como resultado de seu trabalho um produto flexível;
- A parcela do trabalho fora do “foco” principal da empresa passa a ser subcontratada a outras empresas (ou terceirizada);
- O setor industrial perde volume frente ao setor de serviços e flexibilização das atividades produtivas leva também a um aumento da precarização nos contratos de trabalho;
- Na esfera sociopolítica, os sindicatos passam a lutar para se desvencilhar de práticas marcadas pelo grande porte das empresas e pela falta de organização nos locais de trabalho, que os estava levando a uma diminuição na sindicalização e a uma dificuldade de competir em velocidade e adequação aos impasses trazidos pelos novos tempos. Junte-se a isso o desemprego e a informalização que corroem grandemente o poder de agenciamento das instituições sindicais.

A Terceirização se tornou palavra chave na economia moderna, não se tratando de um modismo, mas sim de uma opção refletida e adotada pelas as empresas. A Terceirização é um conceito moderno de produção, que se firma na parceria consciente entre as empresas especializadas em determinados ramos. Terceirização é o conjunto de transferência de produção de partes que integram o todo de um mesmo produto. Consideram-se terceiros todas aquelas pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços, que colocam mão-de-obra à disposição da empresa, sem vínculo empregatício. Sua origem vem desde o surgimento da indústria automobilística, onde existe o aspecto de montadora, ou seja, compra-se peças fabricadas por terceiros e efetua-se a montagem

propriamente dita. Ramalho (1997), ao pesquisar o setor metalúrgico do Rio de Janeiro, constatou que o processo de subcontratação contribuiu para maior precarização dos trabalhos, dificultando as ações do movimento sindical, impedindo que os sindicatos entrassem nestas empresas terceirizadas. O setor elétrico no Brasil possui características bastante singulares, dada a extensão do território como também o enorme potencial de geração de energia hidrelétrica. Inicialmente, no Brasil, o sistema elétrico era descentralizado, ficando a cargo dos estados e municípios e contando com forte apoio externo. A partir da década de 40, começa a ser explorado o petróleo no Brasil e são construídas duas grandes usinas hidrelétricas: Furnas e Paulo Afonso. A ampliação da oferta de energia era considerada como condição essencial para dar sustentação ao processo de desenvolvimento via industrialização para substituição de importações. Com o regime militar foi implantada uma nova estrutura: um modelo centralizado de monopólio verticalizado. Isto significa que havia uma holding, a Eletrobrás, que detinha o controle acionário da maioria dos ativos de transmissão e geração através de quatro subsidiárias (FERREIRA, 1999, p.184-185) e que o monopólio de distribuição ficava a cargo das empresas estaduais. Os anos 90 constituíram-se, sobretudo em sua segunda metade, como um período de profundas reestruturações no setor. Por um lado, o que até então era considerado como um setor de infra-estrutura estratégico para o governo, passa a ser considerado uma fonte de recursos para o saneamento das finanças e para o amortecimento ainda que parcial da dívida pública através das privatizações.

A privatização do setor elétrico nacional foi parte integrante da segunda etapa do Programa Nacional de Desestatização<sup>2</sup> (PND) e se deu basicamente em duas partes: a primeira foi por volta do ano de 1992, com a desestatização das distribuidoras do Sistema Eletrobrás e a segunda, pelo ano de 1995, quando foram negociadas as empresas de geração do Sistema Eletrobrás. As usinas nucleares de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e a usina de Itaipu<sup>3</sup>, no Paraná não foram privatizadas. De acordo com Krein (2007)

“A terceirização, apesar de suas múltiplas formas de manifestação, tem como identidade de sua natureza a busca de redução de custos, a

---

<sup>2</sup> Programa iniciado no governo de Fernando Collor de Melo, com a privatização de empresas do setor industrial, e que foi prolongado ao governo de Fernando Henrique Cardoso, com a privatização de empresas de serviços públicos.

<sup>3</sup> A usina de Itaipu é binacional, pertence ao Brasil e ao Paraguai.

flexibilidade organizacional e a partilha dos riscos do negócio com outro agente econômico, como estratégia no enfrentamento de um cenário em que prevalece um capitalismo financeirizado e em que as empresas estão expostas a uma maior concorrência devido à desregulação da economia e ao baixo e instável crescimento do produto. Essas características, com algumas exceções, no caso brasileiro, permitem vincular a terceirização à flexibilização das relações de trabalho e à precarização”.(Krein, José, 2007).

Isso acarreta uma enorme fragmentação para a organização e luta por melhores condições dos trabalhadores. Portanto, como argumenta Dari (2007) “a terceirização tende a pulverizar a base de representação e a diminuir o poder do sindicato principal, constituindo-se em mecanismo de pressão para a viabilização da flexibilização das relações de trabalho”.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho* / Francisco, J. S. Teixeira, Manfredo Araújo de Oliveira (orgs) – São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

ANTUNES, Ricardo. (2007). *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 12ª edição. Campinas - São Paulo: Unicamp - Cortez. 200 p.

ANTUNES, Ricardo. (org.) (2006). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 527 p.

ANTUNES, Ricardo. (1999). *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo. 259 p.

Assis, J.C.(1997). *A nêmesis da privatização: Desregulação caótica das indústrias de serviços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Mecs.

BIANCHI, M.G. *Terceirização no Brasil: uma análise do novo papel desempenhado por empresa, trabalhadores e estado*. (Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção). São Paulo: USP, Escola Politécnica, 1995.

BIHR, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1974.

CARNEIRO, R. M.. *Desenvolvimento em Crise (A economia brasileira no último quarto do século XX)*. São Paulo: Fundação da Editora UNESP (FEU), 2002. v. 01. 423 p.

FERREIRA, Carlos Kawall L. Privatização do setor elétrico no Brasil. In: A privatização no Brasil. Rio de Janeiro: BNDES: OCDE, 2000.

GORENDER, Jacob. (1997). Globalização, tecnologia e relações de trabalho. In: *Dossiê Globalização*. Estudos Avançados 11(29), 1997.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2002.

KREIN, José Dari. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil (1990-2005)*. Campinas, SP: Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, 2007.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. *A Logística da Precarização: Terceirização do Trabalho na Honda do Brasil* / Paula Regina Pereira Marcelino – Campinas, SP: [s.n], 2002. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. *Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil* / Paula Regina Pereira Marcelino. - - Campinas, SP: [s.n], 2008. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

MARTINS, Heloísa de Souza (org); RAMALHO, José Ricardo (org). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo; HUCITEC; 1994. 237 p.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Proni, M. W.; Lyrio, P. M. *Revista Gestão Industrial*. V.01, n. 01: 137-163, 2005. *Relações e Condições de trabalho no Brasil*. / DIEESE – São Paulo: DIEESE, 2007.

RAMALHO, José Ricardo. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos, reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 1997.

ROSA, Maria Inês. (1996). Trabalho, Subjetividade e Poder. São Paulo: Edusp/Letras e Letras.

TOLMASQUIM, M. T., & Pires, José C. L. (1996). Reformas Institucionais e Forças de Mercado: lições da indústria de eletricidade europeia. Revista Brasileira de Energia, 5(1)7-23.